



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS (IAB)

Comissão de Direito Penal

Indicação n.º 035/2020

Indicante: Dr. João Carlos Castellar

Relator: Dr. Thiago Guilherme Nolasco

Ementa: *Projeto de Lei nº 2096/2020, de autoria do Deputado FAUSTO PINADO (PP/SP), que visa alterar o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para tipificar a denominada “citação coercitiva”.*

Palavras-chave

Direito Penal. Crime de Citação Coercitiva.

I – RELATÓRIO

1. Versa o presente parecer sobre a **Indicação n.º. 35/2020**, formulada pelo insigne Consócio Dr. João Carlos Castellar, sobre o Projeto de Lei n.º. 2.096/2020, de autoria do Deputado Federal Fausto Pinado (Progressistas/SP), que visa criminalizar o ato de “*exigir, para a publicação de trabalho científico, que se inclua citação de artigo específico, com a única finalidade de elevar o fator de impacto de determinado autor ou periódico*”, ao qual é atribuído o *nomen iuris* de “*citação coercitiva*”, estabelecendo pena de detenção, de um a seis meses, ou multa, a partir da inclusão do artigo 184-A no Código Penal.

2. A justificativa apresentada pelo parlamentar reside na ponderação de que “*essa conduta possui um potencial lesivo muito grande para a produção científica séria em*



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

nosso país, uma vez que condiciona a publicação de trabalhos a questões que não têm nada que ver com a contribuição efetiva que esses artigos poderiam oferecer à comunidade científica”, gerando, ademais, um falseamento do “fator de impacto de determinados autores ou periódicos, conferindo-lhes maior relevância do que de fato possuem”.

3. Como bem pontuado pelo insigne Consócio Dr. João Carlos Castellar, o Projeto de Lei se reporta a texto apócrifo constante do sítio eletrônico <https://www.enago.com.br/academy/citacao-coercitiva/>, onde constaria “*tudo o que você precisa saber sobre citação coercitiva em periódicos acadêmicos*”, o qual, por sua vez, cita uma única pesquisa, publicada em fevereiro de 2012, oriunda da *University of Alabama in Huntsville*, segundo a qual “*cerca de 20% dos trabalhos acadêmicos nas áreas de Economia, Sociologia e Psicologia, além de muitas áreas ligadas a negócios, sofreram de alguma forma com a prática da citação coercitiva*”.¹

4. Consta do Projeto de Lei, ainda, a citação do trecho de um artigo supostamente publicado pela “*Revista Pesquisa FAPESP de março do presente ano (2020)*”, que abordaria “*os fatores que levam à citação coercitiva*”, mas o nobre Deputado não fez constar, em sua proposta, a referência do texto em questão, de modo a impossibilitar o seu pleno conhecimento por qualquer cidadão interessado.

5. Em apertada síntese, são estas as bases da indicação e da proposta legislativa.

¹ Disponível em: <https://www.sciencedaily.com/releases/2012/02/120202164817.htm>. Acesso em 28 fev. 2021.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

II – ANÁLISE

6. Qualquer debate que se pretenda técnico no âmbito das ciências criminais, sobretudo quando se está a tratar de criação de novos tipos penais, deve partir dos alicerces principiológicos e dogmáticos que assentam o Direito Penal brasileiro.

7. Deve o legislador, portanto, à luz do **princípio da intervenção mínima**, que estabelece a fragmentariedade e a subsidiariedade do Direito Penal, dando-lhe o caráter de *ultima ratio* do ordenamento jurídico, se perguntar se determinada opção político-criminal se compatibilizaria com o nosso sistema penal.²

8. Neste sentido, antes de se empreender a tipificação de uma nova conduta, deve-se, em primeiro lugar, identificar se há um **bem jurídico** carente de proteção com a conduta que se almeja censurar. Posteriormente, é preciso avaliar se a conduta alvo de criminalização possui **potencialidade lesiva** a bem jurídico sob o ponto de vista jurídico-penal, analisando se não existem outros meios, ínsitos ao ordenamento jurídico, capazes de prover suficiente proteção ao bem jurídico em questão, a exemplo do Direito Civil ou do Direito Administrativo.

9. Dito isto, a tipificação objeto do Projeto de Lei nº. 2.096/2020 propõe a inclusão de tipo penal no Capítulo I, do Título III, do Código Penal, nos seguintes termos:

“Art. 1º Esta lei altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar a citação coercitiva.

Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

² BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007, pp. 84-90.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3221 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

‘Citação coercitiva

Art. 184-A. Exigir, para a publicação de trabalho científico, que se inclua citação de artigo específico, com a única finalidade de elevar o fator de impacto de determinado autor ou periódico.

Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa. ’

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

10. No caso, qual o bem jurídico tutelado pela norma visada? Seria a *propriedade intelectual*? Caso positivo, em que medida, considerando que, ao menos em tese, a conduta cuja censura é visada pelo Projeto de Lei não importa em efetiva violação de direito de autor, tal como estabelecido no artigo 184 e respectivos parágrafos (direitos sobre a obra)?

11. Com a devida vênia ao nobre parlamentar, o ora signatário tem dificuldades em encontrar um bem jurídico a ser tutelado, pois a indigitada conduta não importa em violação a *direito autoral* propriamente dito, valor tutelado pela norma que se encontra topograficamente no mesmo trecho do Código Penal em que o Projeto de Lei nº. 2.096/2020 almeja adir.

12. No ponto, a mais autorizada doutrina, aliás, dispõe que “o *bem jurídico protegido*” pelo artigo 184 do Código Penal “é o *direito autoral*, que, na verdade, constitui um complexo de direitos – morais ou patrimoniais – nascidos com a criação da obra”, abrangendo “*direitos de autor e os direitos que lhe são conexos*”, dentre os quais aqueles “*relativos à interpretação e à execução da obra por seu criador, considerando como tais a gravação, reprodução, transmissão, retransmissão, representação ou qualquer outra modalidade de comunicação ao público*”.³

³ BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**, vol. 3 – Parte Especial: Crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 13. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 410. No mesmo sentido: FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de Direito Penal**, vol. 2 – Parte Especial: artigos 167 a 226. 2. ed. São Paulo: José Buhatsky Editor, p. 437.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

13. Do mesmo modo, a crítica acadêmica e eventual linha editorial seguida por revistas especializadas, notadamente aquelas com elevado conceito perante a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (“CAPES”), por vezes envolve a ponderação de que não se pode publicar determinado trabalho científico, atinente ao tema “X”, sem que o seu autor tenha abordado autores fundamentais ao estudo da temática.

14. Ora, a realização de avaliação crítica de determinado artigo científico por avaliador de revista especializada com parecer favorável à publicação, desde que satisfeitos determinados requisitos como o aprofundamento de questões atinentes à temática do trabalho, as quais podem ser encontradas em obra de referência vinculada a um único autor, por exemplo, não pode ser considerada uma atitude criminosa.

15. Não obstante, acaso fosse promulgado o Projeto de Lei nº. 2.096 de 2020, a conduta em questão seria subsumida ao tipo penal do artigo 184-A do Código Penal, tendo o efeito reverso do que aquele almejado pelo seu parlamentar, posto que censuraria a crítica acadêmica.

16. Desta forma, a **primeira oposição** que se faz à inovação legislativa aventada diz respeito à ausência de objetividade jurídico-penal, pois não se identifica, de forma clara, qual o bem jurídico que se visa salvaguardar a partir da censura proposta.

*

17. Ainda que superássemos o óbice sob o ponto de vista da não delimitação clara de bem jurídico, aceitando que se visa tutelar um *direito autoral*, ainda assim é preciso analisar se a potencialidade lesiva da conduta que se almeja censurar possui relevância jurídico-penal e não pode ser salvaguardada por outros ramos do ordenamento.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

18. No ponto, chama atenção que, na motivação do Projeto de Lei, o nobre parlamentar não trouxe à baila um único estudo ou pesquisa realizada no Brasil ou em outros países da mesma tradição jurídica romano-germânica (*Civil Law*), acerca de eventuais denúncias pela comunidade acerca da chamada prática de “*citação coercitiva*”.

19. O que lá consta é um único artigo, realizado nos Estados Unidos da América há pouco mais de 9 (nove) anos, dando conta de uma pequena amostragem de trabalhos naquele país que teria sido submetido à prática que se pretende censurar.

20. E ainda que não haja um estudo ou uma pesquisa acerca dessa suposta prática de se exigir citações de trabalhos científicos específicos com o fito de *eleva o fator de impacto de determinado autor ou periódico*, chama a atenção que o Projeto de Lei também não lista, em sua justificativa, sequer uma notícia jornalística para demonstrar algum tipo de inquietação no seio social em torno da conduta cuja criminalização reputa pertinente e premente.

21. Daí já se conclui, por um lado, que possivelmente a conduta que se visa censurar não possui a potencialidade lesiva que imagina o congressista que propôs a inovação legislativa, em especial no que concerne à seara jurídico-penal.

22. Não obstante, se porventura se entenda que há potencialidade lesiva a bem jurídico na *citação coercitiva*, em especial no que tange a *direitos autorais*, fato é que eventuais lesões poderão ser resolvidas no âmbito do Direito Civil ou do Direito Administrativo ou mesmo mitigadas pelas comissões científicas dos periódicos e editoras que estabelecem diversos critérios e requisitos técnicos para publicação de trabalho com valor científico.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

23. Isto porque eventual menoscabo ao bem jurídico *direito autoral* gerará reflexos morais e patrimoniais, já que, como visto, tal “*constitui um complexo de direitos – morais ou patrimoniais – nascidos com a criação da obra*”.⁴

24. Desta forma, se eventualmente “**A**” se sinta lesado pela exigência de “**B**” que cite determinada obra para que se proceda à publicação de seu artigo científico na Revista “**X**”, poderá ajuizar ação pertinente perante a seara cível, discutindo eventual ato ilícito e sua respectiva responsabilidade civil (artigos 186 e 927 do Código Civil).

25. Da mesma maneira, ainda na mesma situação hipotética, “**A**” poderá apresentar reclamação acerca da Revista “**X**” perante a CAPES, o que, decerto, gerará reflexos se porventura se concluir que tal exigência visa tão somente “*eleva o fator de impacto de determinado autor ou periódico*”.

26. Independente da ótica pela qual se observe a questão, o que remanesce é a seguinte indagação: a atitude mais eficaz a se tomar diante da suposta prática de *citação coercitiva* citada em texto apócrifo, com referência a pesquisa de 9 anos atrás não realizada no Brasil, que chamou a atenção do ilustre Deputado Federal Fausto Pinato, é criar um novo tipo penal?

27. É preciso compreender, de vez, que a criação de tipos penais não serve para solucionar problemas, mas tão somente para concretizar uma resposta do Direito a uma demanda de proteção de bem jurídico pela via da *ultima ratio*.

28. Desta forma, a **segunda oposição** que se faz à inovação legislativa proposta diz respeito à ausência de lesividade da conduta sob o ponto de vista penal, na medida em que não se tem notícia de estudos, pesquisas, notícias jornalísticas ou até mesmo denúncias formais pelo meio acadêmico dando conta da prática de “*citação coercitiva*”

⁴ Cf. nota de rodapé nº. 3.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

no país, sendo certo que os demais ramos do ordenamento pátrio possuem condições de prover resposta jurídica a eventual contenda envolvendo a conduta que se visa censurar.

*

29. Às ponderações apostas nos parágrafos anteriores, que desaconselham a aprovação do tipo penal que o Projeto de Lei nº. 2.096 de 2020 pretende criar, soma-se ainda o fato de que a redação do tipo penal de “*citação coercitiva*” é imprecisa e não explica em que consistem suas elementares, sendo de todo perigoso que tal dispositivo adentre no Código Penal.

30. Com efeito, em que consistiria “*a única finalidade de elevar o fator de impacto de determinado autor ou periódico*”? Que tipo de benefícios ilícitos são gerados pela elevação do fator de impacto? Em que consiste o “*fator de impacto*”? Ele se delimita com base em algum índice? Qual?

31. Nada disso se extrai do tipo penal em testilha, que poderia, por exemplo, vir agregado de um parágrafo único, explicitando o que seria o “*fator de impacto*” e a partir de qual métrica deve ele ser avaliado.

32. Não bastasse a imprecisão na redação do tipo penal que o Projeto de Lei nº. 2.096 de 2020 busca acrescentar ao Código Penal, também não há na proposta qualquer alteração nos incisos do artigo 186 do mesmo diploma legal, que regulamenta a forma de se proceder à persecução penal quanto aos crimes objeto daquele capítulo da codificação – se por meio de queixa-crime, se por meio de ação penal pública condicionada ou incondicionada.

33. Desta forma, considerando que a sistemática do Código Penal estabeleceu, como regra, que a ação penal é pública e incondicionada, nos termos do *caput* do seu artigo 100, se tal projeto de lei fosse eventualmente promulgado, decerto poderíamos



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

testemunhar uma profusão de denúncias de supostas *citações coercitivas* perante o Ministério Público, inclusive a partir de interesses suspeitos, e o *Parquet*, por sua vez, teria a obrigação de promover a ação penal, inflando, ainda mais, o sistema penal brasileiro a partir de contendas que possuem muito mais interesse privado do que público.

34. E o que é pior: em virtude de um tipo penal que possui pena prevista de 1 a 6 meses e multa, a ser processado perante os Juizados Especiais Criminais, que, como se sabe, nasceram não com o objetivo de expandir a rede punitiva, mas de solucionar conflitos pela composição, nos termos do artigo 2º da Lei nº. 9.099 de 1995.

35. Não se pode assentir, na atual quadra de nossa Democracia, tão atacada em tempos recentes, com disposições que não sejam claras e bem delimitadas nas normas penais e processuais penais.

36. Nesta ordem de ideias, o professor Nilo Batista preleciona, em obra elementar ao estudo do Direito Penal, que “*a função de garantia individual exercida pelo princípio da legalidade estaria seriamente comprometida se as normas que definem os crimes não dispusessem de clareza denotativa na significação de seus elementos, inteligível por todos os cidadãos*”, concluindo que “*formular tipos penais ‘genéricos ou vazios’, valendo-se de ‘cláusulas gerais’ ou ‘conceitos indeterminados’ ou ‘ambíguos’, equivale teoricamente a nada formular, mas é prática e politicamente mais nefasto e perigoso*”.⁵

37. Desta forma, a **terceira oposição** que se faz à inovação legislativa proposta pelo Projeto de Lei nº. 2.096 de 2020 diz respeito à redação vaga no que tange ao conceito de “*fator de impacto*”, elaborada em desrespeito ao princípio da legalidade, sob o prisma da proibição de incriminações indeterminadas – *nullum crimen nulla poena sine lege certa*.

⁵ BATISTA, Nilo. Op. cit., p. 78.



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-030

Tels.: (51) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

III – CONCLUSÃO

38. Por todo o exposto, é o parecer no sentido de sugerir ao Plenário do IAB que se posicione contrariamente ao Projeto de Lei nº. 2.096/2020, com o consequente encaminhamento do presente ao Congresso Nacional, a fim de que os parlamentares se debrucem acerca das ponderações ora alinhavadas quando de eventual análise da inovação legislativa proposta.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2021

Thiago Guilherme Nolasco
Membro da Comissão de Direito Penal